



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

**ACÓRDÃO**

---

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0000275-55.2009.815.0481.**

**Origem** : *Comarca de Pilões.*

**Relator** : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

**Embargante** : *Iremar Flôr de Sousa.*

**Advogado** : *Rodrigo dos Santos Lima (OAB/PB 10.478).*

**Embargado** : *Município de Pilões.*

**Procurador** : *Carlos Alberto Silva de Melo (OAB/PB12.382).*

---

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. REJEIÇÃO.**

- Verificando-se que o acórdão embargado solucionou o recurso interposto, apreciando as questões suscitadas no caderno processual de forma devidamente fundamentada, após pormenorizada análise fática e jurídica dos dados constantes nos autos, não há que se cogitar em falha que possa ser sanada por meio de embargos de declaração.

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos. **ACORDA** a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, rejeitar os embargos de declaração, à unanimidade, nos termos do voto do relator.

Trata-se de **Embargos de Declaração** (fls. 149/155) opostos por **Iremar Flor de Souza** contra Acórdão (fls. 136/147) que deu provimento ao apelo interposto pelo **Município de Pilões**, para julgar procedente a presente Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa movida em face do ora embargante.

Em suas razões, o embargante sustenta a ocorrência de omissão, do julgado por não ter atentado ao fato de que, na data da emissão dos

cheques, a conta bancária do Município possuía saldo suficiente para adimplir com as ordens de pagamento.

Acrescenta que não houve demonstração de lesão ao erário, dolo ou má-fé por parte do embargante, nem malferimento dos princípios da administração pública.

Ao final, pugna pelo acolhimento dos aclaratórios, para que seja sanado o vício apontado, com a consequente reforma do julgado.

A parte contrária não apresentou contrarrazões (fls. 161).

**É o relatório.**

**VOTO.**

Nos termos do art. 1022 do Novo Código de Processo Civil – NCPC, são cabíveis embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Desse modo, pressupõe para sua interposição, por exemplo, a falta de clareza na redação e a possibilidade de eventualmente permitir duplo sentido na interpretação. Permite-se, assim, através deste recurso, aclarar-se o texto, de forma a que seja amplamente entendido o respectivo teor.

Pois bem, no caso dos autos, percebe-se nitidamente um inconformismo com o resultado do julgamento, inexistindo vício embargável a ensejar o acolhimento de recurso aclaratório.

Registre-se, inicialmente, que, em sua construção argumentativa, o embargante procura enquadrar o Acórdão recorrido como dotado de vício de julgamento, mais especificamente como incurso em omissão. Como é cediço, a omissão que autoriza o acolhimento dos embargos, é aquela verificada quando não há pronunciamento pelo julgador acerca de questão, formal ou de mérito, sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Não se trata de omissão, pois, o inconformismo com o resultado de julgamento, apontando a existência de julgados em sentido contrário ao embargado.

No julgamento recorrido, a Segunda Câmara Cível entendeu que, no caso concreto, a alegação de que a conduta perpetrada pelo promovido configurou a prática de ato de improbidade administrativa prevista no artigo 11, caput, da Lei n.º 8.429/92. A propósito, confira-se a fundamentação:

*“Analisando especificamente o caso dos autos, verifica-se que há no caderno processual a cópia de dois cheques emitidos pelo ora apelado, em nome da Prefeitura Municipal de Pilões, no dia 26 de dezembro de 2008, os quais foram devolvidos pelo mesmo motivo, qual seja: ausência de fundos.*

*Os extratos bancários colacionados às fls. 67/68, ademais, demonstraram que o ex-alcaide, nos últimos dias de seu mandato, emitiu quatro cheques, cujas numerações foram: 0850065, 0850067, 0850068, 0850069. Os dois primeiros no valor de R\$ 950,00 e R\$ 380,00, respectivamente, e os dois últimos, nas quantias de R\$ 2.584,40 e R\$ 2.350,00.*

*Verifica-se, ainda, que as duas cártulas de maior valor (0850068 e 0850069), foram devidamente compensados, contudo, os demais foram devolvidos por insuficiência de fundos, em 02/01/2009.*

*Muito embora a sentença apelada tenha considerado que, no dia 31/12/2008, a conta bancária do Município possuía saldo para pagamento dos cheques devolvidos, o que se percebe, na verdade, é que o referido saldo, no valor de R\$ 5.121,91, não era suficiente para cobrir as quatro cártulas, emitidas pelo ora apelado.*

*A movimentação bancária ora analisada não deixa dúvidas em relação a tal conclusão, uma vez que, após a apresentação dos quatro títulos de crédito, apenas dois foram compensados, tendo a conta da municipalidade apresentou déficit de R\$ 1.140,68 (fls. 67).*

*Ora, é certo que ao passar grande número de cheques sem provisão de fundos à conta da municipalidade que administrava, o ora apelado deixou de observar o princípio da legalidade e moralidade, ignorando a legislação financeira, penal e a conduta moral que deve pautar a atuação do gestor público.*

*A conduta de emissão de cheques sem fundos é, ainda, figura penalmente tipificada (art. 171, VI do Código Penal).*

*Com efeito, além do caráter ilegal, a conduta apontada viola diretamente o princípio da moralidade, porquanto denigre o nome da Administração Pública perante seus credores, institucionalizando uma prática fraudulenta no âmbito da Prefeitura Municipal.”*

Como se vê, o acórdão embargado solucionou a questão de forma devidamente fundamentada, após pormenorizada análise dos dados constantes nos autos, não havendo que se cogitar em falha que possa ser sanada por meio de embargos de declaração.

Assim, as próprias razões expostas pelo embargante – não apontando concretamente qualquer omissão, obscuridade ou contradição – revelam que o acórdão se mostrou, em verdade, apenas contrário às suas argumentações, tendo a Segunda Câmara Cível deste Colendo Tribunal dado provimento, à unanimidade, ao apelo do autor.

Em situação na qual o embargante não aponta o vício, apenas apresentando argumentos de rejugamento da causa, confira-se o aresto do Superior Tribunal de Justiça:

*“AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. 1. OMISSÃO E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTENTE. 2. VALIDADE DO LAUDO PERICIAL. REVISÃO CONTRATUAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Não há violação do art. 535 do CPC quando os argumentos veiculados nos embargos de declaração opostos na origem contra o aresto local não consistem na indicação de nenhum dos vícios de expressão (a saber, omissão, obscuridade ou contradição), mas representam tentativa de obter o rejugamento da causa. Precedentes.*

*2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458 do CPC.*

*3. Alterar as conclusões do acórdão recorrido quanto à validade do laudo pericial produzido e sua suficiência para comprovação dos fatos constitutivos do direito do autor depende de reexame de fatos e provas, o que é obstado na via especial (Súmula 7/STJ).*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento”.*

(STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 749.327/AL, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016).

Por tudo o que foi exposto, não havendo qualquer vício a ser sanado na decisão combatida, não merecem ser acolhidos os presentes embargos não havendo outro caminho a trilhar a não ser manter a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.**

**É COMO VOTO.**

Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Luíz Silvio Ramalho Júnior, o Exmo Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, e o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Presente ao julgamento, o Exmo. Dr. Rodrigo Marques da Nóbrega, Promotor de Justiça convocado. Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 29 de maio de 2018.

**Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**  
**Desembargador Relator**

